

Dia-a-dia definirá novos currículos

Educação

Conselho de Educação decide que alunos do ensino básico terão 25% das horas de aula dedicadas a assuntos próprios das regiões

Lisandra Paraguassú
Da equipe do **Correio**

Português, matemática, ciências são as mesmas matérias em qualquer lugar do Brasil. Verdade, mas não totalmente. Do norte ao sul do país, as diferenças podem ser imensas. Nas escolas, as cartilhas seguem, no entanto, o mesmo padrão. Ou seguiam. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do ensino fundamental, preparadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), dão às escolas, estados e municípios a possibilidade de decidir se seus alunos precisam de mais português, mais matemática ou ciências, e como cada estudante deve aprender as disciplinas.

“O aprendizado vai mudar de acordo com o contexto social em que a criança vive”, explica Regina

de Assis, conselheira da Câmara Básica de Educação do CNE, e relatora das diretrizes. As áreas de conhecimento serão as mesmas em todo o país, mas as formas de aplicá-las terão que levar em conta a realidade de cada lugar. “Em língua portuguesa, por exemplo, o aluno deve saber ler, escrever e interpretar, o que determina o ensino da ortografia”, explicou o presidente da Câmara, Carlos Jamil Cury. “Mas não vamos dizer que tipo de segmento de ortografia deve ser aplicado.”

Aprovadas ontem pelo Conselho, as normas regulamentam o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) definiu no final de 1996: em lugar de estudar apenas o conteúdo escolar obrigatório, os alunos terão 25% das suas horas de aula dedicadas a assuntos próprios de suas regiões. Temas como o folclore ou ne-

cessários ao entendimento da sua própria cultura.

INTEGRAÇÃO

“Nós tínhamos uma educação muito dirigida, pouco sensível às diferenças regionais”, diz Regina. A liberdade na preparação das propostas pedagógicas e a integração com o cotidiano são as principais marcas das diretrizes. Até mesmo a carga horária das matérias poderá mudar. “Uma escola pode dar mais ênfase ao português e a matemática ou à ciência, em algumas séries, segundo as necessidades da comunidade”, explica.

Os chamados “temas transversais”, já apontados nos Parâmetros Curriculares Nacionais”, tornam-se obrigatórios nas diretrizes. Saúde, vida social e familiar, trabalho, meio ambiente são alguns dos assuntos que deverão entrar nas discussões das aulas de história, português, ciências.

As diretrizes baseiam-se em princípios éticos — autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito ao bem comum —; políticos — direitos e deveres da cidadania e respeito à ordem

democrática —; e estéticos — sensibilidade, criatividade e diversidade de manifestações artísticas e culturais. “Nenhum país pode formar cidadãos sem essas noções”, lembra.

Formar o cidadão é a principal preocupação dos educadores que aprovaram o relatório. “A escola deve propiciar às pessoas que tenham disposição para perseguir a solução de problemas, resistir às intempéries da vida”, acrescenta. As normas tornam obrigatório o que o bom senso fez com que algumas escolas já aplicassem: ligar as disciplinas abstratas com o cotidiano dos estudantes.

Trânsito, gravidez precoce e violência entrarão nas salas de aula junto com o português, a física. “Nenhum professor terá autorização para ensinar friamente”, adverte Regina. “Não se pode desprezar as experiências que alunos, professores trazem para a escola”.

Cury considera temerário dar autonomia em um sistema de ensino diversificado e onde ainda existe precariedade. Mas reconhece que o atual modelo até agora também não se mostrou eficiente.

ENSINO FUNDAMENTAL

COMO É

■ As escolas seguem um currículo mínimo de conteúdos e respeitam uma carga horária mínima em cada disciplina

■ A carga horária anual de cada série é de 180 dias letivos

■ O currículo não prevê a inclusão de assuntos regionais ou específicos de onde a escola está, a chamada parte diversificada

■ A integração das disciplinas das matérias não é prevista, assim como a obrigatoriedade de relacionar os conteúdos com o cotidiano dos estudantes

■ O ensino segue o mesmo padrão em qualquer lugar do país, seja no interior ou em cidades grandes, sem levar em conta o contexto social ou problemas regionais

COMO FICA

■ As escolas e secretarias de educação terão mais autonomia para definir seu projeto pedagógico e a carga horária das disciplinas

■ A carga horária, de 200 dias, terá 25% dedicada à chamada parte diversificada, onde estados, municípios e escolas poderão desenvolver conteúdos relacionados com a sua própria comunidade

■ As diretrizes privilegiam a integração. Ou seja, relacionar os conteúdos das diversas disciplinas na hora de ensinar

■ Os conteúdos terão que ser relacionados com o dia-a-dia e a formação da cidadania dos alunos. Entre eles, deverão ser incluídos aspectos como saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, o trabalho, a ciência, a tecnologia, a cultura e as linguagens